

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

ANÁLISE COMPARATIVA DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E
REGULAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E
ARGENTINA

Maria Fernanda da Luz – UEL
fernanda.mluz27@gmail.com;

Gabriel Rocha Bandeira – UEL
cantu.antropologia@gmail.com;

Eliacir Neves França UEL
eliacirfranca@gmail.com

Eixo 8: Educação e Política

Resumo

Esta pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Londrina. Buscamos favorecer uma reflexão acerca das políticas de avaliação da pós-graduação no Brasil e na Argentina numa perspectiva comparada. A Educação Comparada é o campo de estudos fundamental para esta pesquisa, estabelecendo métodos e meios para que a investigação não se perca em uma visão unidimensional, compreendendo as políticas como parte de um todo. Para a execução deste trabalho de investigação temos como problema de pesquisa a indagação acerca dos processos de avaliação e regulação de cursos e programas de pós-graduação no Brasil e na Argentina, em que medida elas se assemelham ou diferem?. O objetivo geral desta pesquisa é investigar os processos de avaliação da pós-graduação no Brasil e na Argentina em perspectiva comparada. Para tanto, buscaremos conhecer os sistemas de avaliação da pós-graduação no Brasil e na Argentina, caracterizar as políticas de avaliação desta modalidade da educação em cada país com vistas a compreender o que os distancia e os aproxima; e verificar semelhanças e diferenças entre os dois países nas políticas de avaliação estudadas. Pretendemos conduzir a investigação num viés qualitativo, buscando identificar como Brasil e Argentina trabalham para assegurar a qualidade no âmbito da pós-graduação. Utilizamos os fundamentos da pesquisa documental para estudar os documentos legais de ambos os países estudados a fim entender como é executada a política de avaliação da pós-graduação numa perspectiva comparada.

Palavras Chave: Educação superior; educação comparada; pós-graduação; políticas de avaliação.

Introdução

Estudos e pesquisas que versam sobre o campo da educação superior, se constituem num desafio interessante, sobretudo nas últimas

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

décadas quando as políticas para esta área têm sido reestruturadas em escala global.

Para este trabalho de pesquisa objetivamos investigar numa perspectiva comparada os sistemas de avaliação e regulação da educação superior, mais precisamente da pós-graduação, no Brasil e na Argentina, com a intenção de contribuir para este campo de estudos ainda muito distante de grande parte da população.

O trabalho de investigação aqui apresentado se insere no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PROIC) da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

A pesquisa se encontra em andamento. Desta forma, num primeiro momento, trabalhamos na coleta dos dados acerca das normativas legais para o funcionamento de ambos os sistemas de avaliação, e partindo desse ponto, buscaremos caracterizar as políticas de avaliação da pós-graduação do Brasil e Argentina, verificando o que as distancia e aproxima.

A Educação Comparada como metodologia de estudo proporciona ao pesquisador uma visão completa acerca do objeto de estudo, sendo compreendido como parte de um todo social, cultural e econômico. (GORGEN, 1991) Instigada por compreender o contexto no qual a ação governamental se enquadra, esta pesquisa se mantém amparada pelos princípios da Educação Comparada.

As políticas públicas são entendidas de forma tecnocrática, segundo Capella (2015, p. 243) “uma política pública é uma solução para um problema governamental”, sendo assim elas se definem por ações do governo voltadas para atender alguma demanda social, ou afim de solucionar algum problema. Portanto, estabelecem uma relação entre Estado e sociedade, que de acordo com Serafim; Dias (2012) caminham juntos no processo de idealização, elaboração e efetivação das políticas públicas.

A avaliação como política pública da educação superior tem se legitimado a partir do objetivo de verificação dos resultados obtidos pelas instituições de ensino, desencadeando premiação ou punição da Instituição de Ensino Superior (IES). Maués (2011, p. 100) afirma que “A avaliação deve ser uma das tarefas de uma educação republicana, as universidades, as escolas

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

em geral, como serviço público, devem prestar contas à sociedade.” Assim, políticas públicas de avaliação da educação superior desenvolvem um papel intermediador da relação Estado e sociedade.

É através da avaliação que o Governo busca assegurar a qualidade de cursos e programas deste nível da educação nacional, também a efetividade das políticas públicas educacionais para assim, poder projetar as próximas metas a serem cumpridas, ou até mesmo elaborar uma reformulação da política no caso de insucesso, adequando sempre à lógica de mercado. Isso exemplifica a regulação que “tem como objetivo a realização de um ajuste de acordo com o mercado” (MAUÉS, 2011. p. 96). Portanto, podemos afirmar que a avaliação é um instrumento estatal de regulação.

Metodologia

Para a realização deste trabalho de investigação trabalharemos com o aporte teórico da pesquisa documental, que se constitui por um importante instrumento metodológico para análise de documentos legais. Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) esta análise nos fornece uma maior proximidade com todos os fatores influentes sobre o objeto de pesquisa, compreendendo o documento como parte de todo um processo histórico.

Do ponto de vista teórico, em primeiro lugar foi feita uma revisão bibliográfica das obras que tratam dos temas de pesquisa. Ou seja, os primeiros documentos estudados foram de cunho teórico-científico, como livros, artigos publicados em periódicos indexados, entre outros. A seguir, procedemos ao levantamento dos documentos legais do Brasil e Argentina a fim entender como é executada a política de avaliação da pós-graduação nos dois países. Os dados estão sendo coletados nos portais do Ministério da Educação (MEC) e da agência nacional de avaliação do Brasil e Argentina, assim garantindo a originalidade das fontes para pesquisa, analisando os documentos a partir de seu contexto e natureza.

Para a análise dos dados utilizaremos os fundamentos teóricos da Educação Comparada¹ - que resumidamente trata-se do ato de comparar

¹ Um primeiro relato sobre o uso do termo “Educação Comparada” se dá na Europa, em 1817, pelo autor Marc-Antoine Jullien. Porém esta metodologia de pesquisa se consolida cerca de um século depois, com o início das viagens de alguns pedagogos, tendo como

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

dois ou mais sistemas de educação - pois, entendemos que esse enfoque nos oferece mais possibilidades de evitar uma análise unidimensional, já que nos incentiva a buscar as origens das diferenças e semelhanças entre os países estudados, Priorizando questionar os condicionantes, razões e forças que moldam os sistemas educacionais (GEORGEN, 1991)

Resultados e Discussão

Um dos conceitos-chave para a elaboração deste trabalho de pesquisa é a regulação que, de acordo com Aglietta (2001), provê meios para mediação de conflitos entre a micro e a macroeconomia, respectivamente afim de transparecer um certo equilíbrio entre as duas, gerando uma falsa visão de igualdade, para que os interesses de mercado sejam atendidos e o capitalismo se mantenha hegemônico. O objetivo da Teoria da Regulação se ancora na “[...] necessidade de realizar uma análise que abranja todo sistema econômico.” (AGLIETTA, 1999. p. 7). Assim, entendemos que regulação dentro do campo das políticas públicas educacionais se mostra como condicionante de um ajuste da educação condizente com a necessidade do mercado.

O discurso empregado a esta prática se instala na busca por uma educação de qualidade, sendo ela ligada à lógica do mercado, isto fica patente nos dados coletados de ambos os países. Com isso, o mercado precisa se amparar em um processo mais íntimo para obter os meios de intervenção política, neste contexto, surge a avaliação como instrumento de regulação no âmbito da educação, “[...] é necessária a existência de avaliação contínua que considere a totalidade das dimensões envolvidas nas IES” (MENENGHEL; ROBL; SILVA, 2006. p. 94). Esse instrumento se instala como política pública, afim de mediar os interesses privados e mercantis, na adequação do Estado à lógica de mercado.

Neste sentido, a avaliação como política pública tem sua função externa de prestar contas à sociedade, com o objetivo de transparecer o que vem sendo realizado pelas IES, justificando as intervenções do Estado que, no âmbito da Teoria da Regulação, é tido como um investidor do mercado

objetivo a investigação dos modelos educacionais de outros países, afim de propor melhorias aos seus respectivos países. (GEORGEN, 1991)

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

na educação. Já o seu entendimento interno abrange a verificação da qualidade, mais vinculada a uma função reguladora da educação, afim de proporcionar uma reflexão acerca dos resultados para que as ações governamentais sejam repensadas (MAUÉS, 2011 p. 101).

“Na agenda global da educação a avaliação é uma das prioridades de política.” (BARREYRO, 2018. p. 7). Esta importância pode se implicar no fato de que a atividade de avaliar possibilita segundo Maués (2011), a verificação dos resultados, vinculando-os ao financiamento público ou até mesmo a atividades de punição e premiação. Sendo assim, as políticas públicas moldam no Brasil e Argentina a universidade de acordo com a demanda de mercado, a partir de uma perspectiva neoliberal.

A visão do Estado neoliberal busca estabelecer novas regulações que, segundo Maués (2011), irão apostar no Estado fraco, que apenas avalia os resultados almejados pelo mercado. Assim, cabe à avaliação apenas verificar se os resultados projetados dentro do padrão de mercado foram alcançados, para que a agenda de Estados seja projetada a partir desse *feedback*, afim de favorecer o capital, ou seja, nesta perspectiva - amparados na teoria da regulação proposta por Aglietta (2001) - podemos entender que a avaliação é um mecanismo de ajuste mercantil.

Maués (2011) afirma que a avaliação constrói uma agenda condicionante das políticas públicas. Ao apresentar seus resultados, a avaliação contribui para que o governo identifique os erros a serem corrigidos para atender as demandas solicitadas. Serafim e Dias (2012) identificam a agenda como um “espaço problemático” da sociedade, um tema só é adicionado à agenda quando é passível de se converter em política pública.

Portanto, quando afirmamos que a avaliação constitui essa agenda, estamos dizendo que a mesma é mediadora da relação entre Estado e sociedade, essa relação nos permite compreender que as políticas públicas não são partes isoladas, mas sim determinantes de uma totalidade social, cultural e econômica de um país. Ao desenvolver esta pesquisa pretendemos buscar constantemente estabelecer esta análise aprofundada sobre os programas de pós-graduação no Brasil e Argentina.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS
Conclusão

Entendemos que a avaliação é um importante instrumento de regulação, pois proporciona ao Estado os resultados necessários para adequar suas políticas à lógica mercantil. Aqui nos cabe pontuar uma falsa doutrina de qualidade, sendo esta confundida com quantidade.

Ao estabelecer uma análise comparada entre as políticas de avaliação da pós-graduação no Brasil e Argentina podemos observar todo cenário social, econômico e cultural que abrange os países pesquisados pois, com base na metodologia da Educação Comparada, estudaremos objeto de pesquisa todo o seu entorno como participantes de uma realidade controversa. Para assim, investigar se os países pesquisados efetivamente buscam a qualidade da educação superior.

Brasil e Argentina são países próximos, porém muito diferentes. Acreditamos que os resultados desta pesquisa contribuam para compreender em que medida se semelhantes ou diferentes as políticas de avaliação e regulação para a pós-graduação.

Referencias

AGLIETTA, Michel. **Regulación y crisis del capitalismo**. Siglo veintiuno editores, 1999.

_____. El capitalismo en el cambio de siglo: la teoría de la regulación y el desafío del cambio social. **New Left Review**, v. 7, p. 16-70, 2001. Available from < <https://newleftreview.es/issues/7/articles/michel-aglietta-el-capitalismo-en-el-cambio-de-siglo-la-teoria-de-la-regulacion-y-el-desafio-del-cambio-social.pdf>>. access on 01 Oct. 2019

BARREYRO, Gladys Beatriz. A avaliação da educação superior em escala global: da acreditação aos rankings e os resultados de aprendizagem. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 23, n. 1, p. 5-22, Apr. 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772018000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772018000100002>.

CAPELLA, A. C. N. Análise de políticas públicas: da técnica às ideias. **Idéias**, v. 6, n. 2, p. 13-34, 21 jan. 2016. Available from < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649461>>. Access on 10 Oct. 2019. <https://doi.org/10.20396/ideias.v6i2.8649461>.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS
GEORGEN, Pedro L. Educação Comparada: uma disciplina atual ou obsoleta?
Pro-Posições, v. 2 n. 3, p. 5-19 , 1991.

MAUÉS, Olgaíses. A avaliação institucional como política pública. In: ROSÁRIO, Maria José Alves do; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima **Políticas públicas educacionais**. Campinas: Alínea, 2011.

MENEGHEL, Stela M.; ROBL, Fabiane; SILVA, Tattiana T. Freitas da. A relação entre avaliação e regulação na educação superior: elementos para o debate. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 28, p. 89-106, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000200007>.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009. Available from <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>> access on 09 Oct. 2019.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 121-134, 2012. Available from < <https://rigs.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31562/0>. access on 01 Oct. 2019.